

PAISAGEM E LAZER: REPRESENTAÇÕES DA METRÓPOLE (PARA OS BRASILEIROS DE BRASILÂNDIA).

Euler Sandeville Jr. e Cecília Maria de Moraes Machado Angileli

Resumo

Estuda-se a relação da população de região norte na Vila Brasilândia, São Paulo, SP, com os espaços públicos e privados em sua apropriação para lazer. Verifica-se a criação e valorização de pontos de encontro e redes de sociabilidade onde possível, como extensão da moradia. Estabelecem-se espaços alternativos que valorizam a vivência coletiva, os contatos sociais, a troca de informações e a brincadeira. Isso não significa que não se estabeleçam formas de controle social do espaço, que se dá tanto pelo encontro onde muitos se conhecem, quanto por diferenciações que se estabelecem entre a população residente. Não se pode desconsiderar que esse controle inclui também formas de marginalidade e de violência, tornando-se isso parte do morar e do cotidiano da cidade, alheia aos padrões de ordem que se procuram a todo custo estabelecer nas áreas centrais de maior poder aquisitivo. Nesse contexto, vão-se revelando mudanças de sentido na relação público-privado.

obs. este documento pode conter pequenas diferenças de revisão em relação ao artigo publicado

Summary

This essay studies the relation of the population of the North area of Vila Brasilândia, Sao Paulo, SP, with their appropriation of public and private spaces for leisure. We verify the creation and valorization of meeting points and social networks, where it is possible, as an extension of dwelling. Alternative spaces that value collective living, social contact, information exchange and fun are established. That does not mean that

there are no forms of social control of the space. It happens through meetings where many know each other, and also through differences emerged among the resident populations. It cannot be neglected that this social control also includes forms of marginality and violence, which becomes part of the city's dwelling and its everyday life, opposed to the order patterns that are, at all costs, established in central areas with higher purchasing power. In this context, changes in the meaning of the relation between public and private are uncovered.

Palavras chave: percepção da paisagem, paisagem e lazer, lazer metropolitano, população e paisagem, espaço público.

As paisagens existem em uma constante tensão entre os objetos geográficos enquanto fatos materiais e as representações que, a partir da percepção e da experiência deles, construímos (Sandeville Jr., 2004). Embora sejam possíveis e relevantes as experiências e significações individuais da paisagem, não se pode esquecer que a natureza da paisagem é ser uma obra coletiva. Daí, sendo um fato de natureza social, a paisagem é um campo de tensões, contradições e conflitos. Razão que a reveste de enorme importância humanística e social numa época governada pela técnica, pelo lucro, pelo marketing.

As paisagens nos ajudam a compreender melhor os valores de nossa sociedade, e os nossos próprios, implicando num posicionamento sobre a realidade presente, a compreensão de que essa realidade não se dá num instante, mas num longo processo e que aponta para uma complexa herança para o futuro. Nesse sentido, é fato evidente que a apropriação, qualificação e transformação dos recursos se dá de forma desigual, gerando a chamada crise ambiental, inúmeros conflitos entre padrões de urbanização e dinâmicas naturais, entre a cidade como fenômeno econômico e as condições de vida de seus habitantes, consumando formas de segregação e exclusão.

As paisagens paulistanas revelam um território com grande diversidade econômica, ambiental,

política e cultural, que influencia a maneira de estabelecermos vínculos com as pessoas e com os lugares. Um processo acelerado de urbanização, reflexo de modelos de desenvolvimento da maior parte dos países do Terceiro Mundo, caracterizados por concentração de renda (Fórum Social Mundial, 2003), juntamente com a fragilidade institucional da gestão pública e uma estrutura fundiária determinada por relações desiguais, contribuíram para a localização das populações mais pobres em áreas carentes de infraestrutura, com precariedade de acessos e serviços sociais, entre inúmeras outras questões que contribuem para a depredação do ambiente e para a privatização do espaço público nas metrópoles brasileiras, gerando exclusão e segregação social e espacial. Enfim, revelando a dilapidação do potencial humano de um povo. Segundo dados de 1991 a 2000, a cidade ganhou 95 milhões de metros quadrados de área construída, ampliando sua área em mais de 30%, principalmente na periferia. Segundo o Centro de Estudos da Metrópole, em 1973 cerca de 1% da população de São Paulo morava em favelas; em 1980 esse número passou para 4% (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 2002).

A ocupação do trecho norte do Distrito de Brasilândia se insere nesse quadro genericamente referido acima. A partir da década de 70 é acelerado o processo de ocupação dessa região. As favelas passaram a integrar, definitivamente, a paisagem da pré Serra da Cantareira na Zona Norte do município de São Paulo. A paisagem que se constrói abriga uma população pobre, que por falta de alternativas ocupa ilegalmente espaços impróprios para assentamentos como áreas de risco e áreas de proteção ambiental, desrespeitando as restrições do meio físico. A vulnerabilidade social a que esta população está submetida dão às áreas de proteção ambiental um outro valor, o valor imediato da moradia, condicionando a verdadeira relação emocional desta população com o espaço (Grupo Técnico de Apoio, 2003). Não que não haja sensibilidades para com os recursos naturais, mas a sua construção vai demandando um tempo que os processos de urbanização não concedem.

O Distrito de Brasilândia, segundo o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo, apresenta uma das piores colocações no índice de qualidade de vida entre os 96 distritos da cidade. Na escala que varia entre 1,00 e -1,00 a esse distrito é dado o valor de -0,72 (Silva, 2002:67). Essa população vive um paradoxo, os processos de migração e de mudança de residência dentro da própria cidade podem ser vistos como desterritorialização (Grupo Técnico de Apoio, 2003), quebra

parcial de vínculos sociais e afetivos, ao mesmo tempo em que se inicia uma busca no processo de construção nesse novo espaço de representações de suas memórias, vínculos e hábitos (mas não poderíamos então pensar também em reterritorialização?).

Silva (2002) desenvolveu pesquisa no Distrito de Brasilândia procurando investigar a maneira como a população transfere para a paisagem o desejo de reencontrar sua identidade. Foram aplicados questionários no período de 1999 a 2000, 80 no total. Segundo os primeiros resultados da pesquisa, foram entrevistadas cerca de 83% mulheres e cerca de 71% migrantes nordestinos, vindos principalmente dos estados da Bahia e Pernambuco. Acreditando que a concepção da paisagem é constituída pela idéia que os migrantes levam consigo, de acordo com seu local de origem, segundo essa autora a representação da paisagem para os migrantes se dava de maneira diferente dos não migrantes. Assim, mostra-se importante para a compreensão da paisagem a análise do movimento migratório.

A mesma autora também estudou quais atividades de lazer e de recreação são realizadas pelos moradores. Para isso, cruzou faixas de idade com o uso do tempo livre e levantou as relações que as pessoas mantêm com os espaços livres. Segundo análises dessas variáveis, nessa região existe uma preferência pela permanência no espaço privado, resultado que relacionou com a maior parte das pessoas pesquisadas serem mulheres. Ou seja, concluiu que os espaços públicos são apropriados de maneira diferente por homens e mulheres. Somente em segundo lugar apareceram as atividades relacionadas com o deslocamento no espaço público, tais como visitar amigos, parentes, jogar bola e ir à igreja, atividades que acontecem no próprio bairro ou próximo dele.

Outro resultado da pesquisa se refere aos recursos para o lazer no bairro ou na região. Os entrevistados usam as áreas de lazer disponíveis, porém acreditam que faltam atividades para a faixa etária mais jovem, entendendo que isso cria falta de perspectiva e os coloca em contato com o tráfego. Ou seja, se atribui um importante papel às estruturas urbanas e a programas institucionais relacionados ao tempo livre, sobretudo para a população jovem. Os entrevistados foram questionados também quanto ao seu uso dos espaços livres. Das pessoas entrevistadas, 31,25% disseram que existem praças próximas do local que moram, mas dessas pessoas apenas 32% fazem

algum uso delas. Existe uma atribuição negativa a essas áreas, justificando o não uso desde a precariedade dos equipamentos até a apropriação desses espaços pelo tráfico. Confirma-se assim o que constatamos em trabalhos e vivências de campo, conforme discutido a seguir.

Percebe-se que estamos diante de um rico processo de reinserção cultural, porém isso não muda o significado social destas habitações autoconstruídas como expressão do possível, nem contribui em si mesmo para a inclusão destes moradores ao acesso básico a infra-estrutura e equipamentos. Foram delimitadas algumas fronteiras que são claras na estrutura urbana, onde ricos e pobres não participaram da mesma maneira dos espaços e nem da construção coletiva da cidade.

Os espaços públicos da cidade não fogem às determinantes dessa estrutura. Vão adquirindo assim características próprias e dinâmicas, que mostram a concentração de equipamentos em certos setores e a apropriação criativa de espaços inusitados nas regiões mais carentes, que vão revelando mudanças de sentido na relação público-privado conforme o lugar. A maior concentração de Parques (bem como de praças) se dá na área urbana consolidada, restando na periferia apenas parques isolados, como o Parque do Carmo, Raul Seixas e Chico Mendes na zona leste, o Anhanguera na porção oeste e os parques do Guarapiranga e Santo Dias, na zona sul (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 2002). Embora nos finais de semana alguns parques centrais sejam visitados por pessoas das classes de renda mais baixa, uma boa parte da população não dispõe de recursos para deslocar-se com a família para esses parques.

Citemos o exemplo do Parque do Estado, situado no início da Rodovia dos Imigrantes na zona sul da cidade. Esse Parque abriga inúmeras instituições importantes, como o Zoológico, o Jardim Botânico, áreas de exposição e outras, além de importante reserva de remanescente de mata atlântica inserida no tecido urbano, compondo cerca de 10% do total de áreas verdes do município. Implantado a partir do final do século 19, distante das áreas urbanas, foi totalmente abraçado pela cidade ao longo do século passado. O contexto atual é de tecido urbano consolidado e privilegiado pela acessibilidade viária e de metrô, com muitos lançamentos imobiliários em regiões próximas. Porém, sobretudo em suas fronteiras ao sul, reside uma população de baixa renda, que inclui cerca

de 91.726 moradores em favelas considerados os distritos que fazem vizinhança com o Parque. Aqui o paradoxo é que, vivendo ao lado desse importante equipamento, não dispõem de acesso direto ao parque, sendo necessário às vezes tomar uma ou duas conduções – se imaginarmos uma condução de ida e volta ao parque para uma família de 5 pessoas, teríamos R\$17,00 para uma única visita ao Parque – agravando ainda que as entradas a cada equipamento são pagas e que há restrições ao consumo de alimentos levados pelos próprios visitantes. Uma situação que praticamente inviabiliza o acesso de parte ao parque da população de baixa renda que mora no seu entorno imediato. E trata-se de uma região central na Metrópole paulistana, adjacente ao anel que define o rodízio de veículos no município de São Paulo.

Nas regiões mais afastadas desse centro e com poucos espaços públicos para lazer, resta às crianças e adolescentes ocuparem qualquer espaço para suprir esta necessidade. No distrito de Brasilândia, as áreas de lazer observadas são as faixas de domínio das redes de Alta Tensão, pequenos espaços junto aos córregos, ruas e principalmente as lajes das casas em permanente construção, criando novas formas de uso dos espaços e objetos. A escassez de espaços públicos no distrito é resultado não só da falta de investimentos e de manutenção nessas áreas; mas também do modelo de ocupação iniciada pela implantação de loteamentos irregulares que, alheios à regulamentação e assistência do poder público, não respeitaram padrões mínimos de implantação e qualidade ambiental. Em função disso, hoje, os moradores buscam outros valores e usos nos espaços residuais, mostrando uma mudança de comportamentos e perspectivas enquanto aquilo que pensamos como ocupação se constitui em cidade para seus moradores.

Busca-se a criação e valorização de pontos de encontro e redes de sociabilidade onde possível, como extensão da moradia. Nesses lugares e nos poucos espaços e equipamentos públicos implantados, em geral em precárias condições de manutenção, estabelecem-se espaços alternativos que valorizam a vivência coletiva, os contatos sociais, a troca de informações e a brincadeira. Ao contrário das áreas estruturadas da cidade, onde é estimulada a segregação e o confinamento em ambientes, aqui todos os espaços vão se tornando públicos. Isso, entretanto, não significa que não se estabeleçam formas de controle social do espaço, que se dá tanto pelo encontro onde muitos se conhecem, quanto por diferenciações que se estabelecem entre a própria população residente. Não

se pode desconsiderar ainda que esse controle inclui também formas de marginalidade e de violência, que os residentes sabem interpretar, tornando-se isso necessário ao morar e parte do cotidiano da cidade, alheia aos padrões de ordem que se procuram a todo custo estabelecer nas áreas de maior poder aquisitivo.

Essa criação de espaços de lazer alternativos, para antigas e novas formas de entretenimento e encontro, garante uma rede mínima social. Atividades que, mesmo que alguém possa considerá-las simples diante da sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer, estão profundamente vinculadas ao modo de vida dessa população e revelam uma vitalidade na transformação em recurso do que se lhes oferece como carência. Deste modo, as ruas e vielas ganham destaque, por sua pracialidade (emprestando conceito proposto por Queiroga 2003), em íntima relação com a casa. Ao contrário dos bairros de classe média alta, onde a rua sofreu um esvaziamento no seu sentido de lugar e a antiga relação aberta entre casa e rua inexistente (Carlos 2004, Caldeira 2000), aqui a rua, a escadaria muitas vezes de terra, escavada no morro, a viela, a laje, constituem os espaços possíveis de lazer e encontro. Têm como frequentadores uma vizinhança que possui vínculos construídos no dia-a-dia do bairro estabelecendo hábitos e modos de vida semelhantes, construindo e fortalecendo as redes sociais. Estamos diante de transformações no sentido que usualmente se atribui na diferenciação entre o espaço público e o privado, pois a casa e a rua (ou a viela, por vezes espaços pouco delimitados nesse sentido) abrem-se para a vida coletiva, diluindo as fronteiras pretendidas tradicionais e revelando uma relação mais fluída e integrada entre o que é pessoal e o que é coletivo.

Porém, se as vielas cumprem esse papel de integração, não deixam também de ser elementos residuais e precários no processo de autoconstrução nas áreas periféricas. Mostram-se assim, por um lado, como circuitos que potencializam a integração de diversos espaços na paisagem e, por outro, como lugar muitas vezes perigoso, em que é preciso cruzar rapidamente, conforme os modos peculiares de controle social e privatização do coletivo por grupos que se colocam à margem do direito que estrutura institucional e normativamente a sociedade.



Figura 01 – Viela Morro do Carumbé, Distrito de Brasilândia, 2003 / Fotógrafa Marta Baião

Os seus degraus mal dimensionados de concreto ou barro são espaços vividos em toda a sua potencialidade para atividades de lazer, reforçando situações de sociabilidade. Na viela você encontra, não passa simplesmente, mesmo sendo para alguns um simples acesso para a escola, para a igreja, para o trabalho. Aí são estabelecidas formas convencionais e não convencionais de encontro; as conversas nas escadarias, dominó nas mesas improvisadas sobre os degraus. Degraus irregulares e mal dimensionados, que se mostram para as crianças uma possível oportunidade de lazer, são também obstáculos a serem vencidos pelas mães com crianças de colo, para levar e trazer o botijão de gás, para os idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.

Outros espaços, também apropriações improvisadas, mostram-se precários como único acesso ao divertimento, estabelecendo vínculos interpessoais e as vivências lúdicas. Assim varais tornam-se traves de futebol e os campos se reduzem a poucos e pequenos espaços junto aos córregos, por onde também as crianças correm, catam coisas transformando-as em divertimento, empinam pipa, atiram

objetos. Espaços de brincadeira que ignoram as condições sanitárias da cidade e humanizam o que na paisagem foi deixado como sobra, quando ainda não foi ocupado por habitações.



Figura 02 – Campo de Futebol improvisado, junto ao córrego Bananal – Distrito de Brasilândia, 2003 /
Fotógrafa Marta Baião

As lajes, nesse contexto, têm papel de destaque, por possibilitar diversos usos necessários, como lavanderia, possibilidade de ampliação futura da moradia, quintal e área de lazer. Porém, as quedas de lajes são comuns nessas regiões periféricas, sendo uma das principais causas de acidentes entre crianças e adolescentes. As lajes, na escassez do espaço público, tornaram-se a mais popular e principal adaptação do existente para a prática de atividades de lazer. Inserem-se assim na contraracionalidade do espaço a que refere Milton Santos (1999:309): “Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade do existente”.



Figura 03 – Laje como espaço de lazer – Distrito de Brasília, 2003 / Fotógrafa Marta Baião

Deste modo, constroem-se diferentes e criativos arranjos para o lazer, que amenizam a luta pela inclusão até aqui ilusória. Mas a incursão por esses espaços pode mostrar outros padrões de uso e ordenação. Atualmente muitos dos espaços de lazer são vigiados pelo tráfico, isso se reflete principalmente nas áreas localizadas dentro das favelas (Gomes 2002). Em algumas dessas áreas de lazer, os traficantes controlam o acesso, constituindo-se um território fechado. Assim, o “poder paralelo”, fortalecido pela forma desordenada de ocupação que muitas vezes desenham enclaves, isolam e restringem o acesso comum a toda a população, caracteriza alguns espaços de lazer como definidores de fronteiras.

Deste modo, mesmo reinterpretando objetos e espaços na busca da produção de ambientes de lazer, não se ameniza a demanda por áreas públicas e institucionais. No distrito, o papel do poder público priorizando ações tidas como emergenciais, como habitação, escola, saneamento, saúde e transporte, reforçou a carência dessas áreas de uso livre comum. FERNANDES et al. (2004),

observa que o direito ao lazer ocupa um segundo plano nas políticas públicas, sendo segundo esses autores uma característica do Brasil e países subdesenvolvidos “vítimas da globalização neoliberal”.

Atualmente no distrito existem três únicas praças com novos equipamentos implantadas pela Prefeitura, o que ainda é insuficiente para uma população de 245.000 habitantes. Duas delas fazem parte do Programa Lote Legal (Resolo, 2003), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A implantação dessas praças mostra uma evolução possível para intervenções em áreas precárias e irregulares, que visam tradicionalmente a regularização fundiária.



Figura 04 – Praça Divino Pai Eterno, Jd. Paulistano – Distrito de Brasília, 2003 / Fotografia Cecília Machado

As duas praças do Programa Lote Legal foram apropriadas de forma diferenciada. A Praça Divino Pai Eterno é muito utilizada pela população, sua implantação favoreceu uma apropriação coletiva dos moradores estando localizada em uma área de fácil acesso para toda a população. Porém a outra praça implantada pelo programa no Jardim Princesa, foi construída em um enclave, se tornando restrito o acesso para moradores de outros bairros e restringindo sua utilização por moradores da

vizinhança imediata.

Outro projeto implantado pela Prefeitura no distrito que teve grande impacto para a melhoria do acesso da população ao lazer foi o CEU da Paz (Centro Educacional Unificado que, segundo Campeão 2004, visa a inclusão social por meio de educação, cultura e esporte, se mostrando como pólo mobilizador das redes sociais do locais). Implantado equivocadamente no Jardim Paraná localizado na pré-Serra da Cantareira, induziu ainda mais a ocupação irregular sobre as áreas de importância ambiental local. Assim, implantado em acrópole de difícil acesso privilegiando sua visibilidade, devido à dinâmica apropriação possibilitada do projeto em uma área de gritante ausência dos serviços públicos, favoreceu tanto a valorização do espaço quanto a apropriação pela população.



Foto 05 – CEU da Paz, Distrito de Brasilândia. Fotografia Ângela Marques

Essas diferentes formas de apropriação desses espaços mencionadas acima, principalmente em áreas favelizadas onde o espaço público não é definido, são obstaculizadas por poderes como o tráfico ou o patrimonialismo do morador, apontando também para a desarticulação do migrante e a cidade,

reforçada pelo processo de descolamento do lugar, a que usualmente se tem referido como desterritorialização, entendimento que consideramos parcialmente válido, entre outras razões na medida em que o rompimento dos vínculos é parcial e que o mesmo processo implica reconstrução desses vínculos em novos ambientes e novos contextos sociais.

Deste estudo, concluímos que para compreender a desagregação do espaço público de lazer, deve-se considerar o crescimento desordenado das cidades juntamente com um conjunto de situações. Situações que, ao fortalecer este processo de desagregação da relação público-privado pretendida para as áreas mais consolidadas e de maior poder aquisitivo, possibilitam também a criação de novos padrões de troca em novos arranjos espaciais. “Observa-se no mundo atual que as relações entre as pessoas assume um caráter cada vez mais virtual: horas isoladas em frente ao computador nos bate-papos da internet, compras de supermercados por telefones, são relações cada vez menos reais. Porém, na periferia das grandes cidades, onde esta tecnologia ainda exclui a parcela pobre da população, prevalecem as relações pessoais proporcionadas pela circulação pelo bairro, em direção ao trabalho, aos centros de consumo, à igreja, ao lazer” (Silva, 2002:214). A par da situação de exclusão social, prevalecem nos locais estudados as relações pessoais e a criatividade inventando um lazer que supera todo tipo de obstáculo, colocando a paisagem como o lugar de um drama humano que não pode ser visto mais apenas de longe, sem que lhe reconheçam os valores e entraves próprios.

Referências Bibliográficas

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade dos Muros*. São Paulo. Ed. Edusp/34. 2000.

CAMPEÃO, Nadia. *Espaços de Lazer na Metrópole*. Revista Teórica, Política e de Informação, disponível em <http://www.vermelho.org.br/principios>, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

FERNANDES, Henrique José Concentino; ROCHA, Maria de Lourdes Da Silva; NASCIMENTO, Leticia Rozana Silva do; MAIA, Sônia Cristina Ferreira . Mapeamento dos equipamentos de lazer, sua organização espacial e inserção urbana, na forma de um diagnóstico da infra-estrutura urbana destinada ao lazer no Bairro de Felipe Camarão, na periferia da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, CEFET/RN, 2004

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Porto Alegre, 2003, disponível em http://www.aprenda450anos.com.br/450_anos/vila_metropole/3-3_carta_mundial, 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. A condição Urbana. Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil. 2002.

GRUPO TÉCNICO DE APOIO. Plano de Ação Habitacional e Urbano para o Distrito de Brasília. São Paulo. São Paulo, Secretaria Municipal de Habitação , 2003.

QUEIROGA, EUGÊNIO FERNANDES. O lugar de praça: pracialidades contemporâneas na megalópole do sudeste brasileiro. In SOUZA, MARIA ADÉLIA APARECIDA DE. Território brasileiro: usos e abusos. São Paulo, Territorial, 2003

RESOLO. Regularização de Loteamentos no Município de São Paulo. São Paulo, Secretaria Municipal de Habitação, 2003.

SANDEVILLE JR., Euler. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. Paisagens, São Paulo, disponível em <http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens> 2004.

SANTOS, MILTON. A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, razão e emoção. São Paulo, Ed. Hucitec. 1999

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE E SECRETARIA

MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. Atlas Ambiental. São Paulo, disponível em <http://www.atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br>, 2004.

SILVA, Maria Aparecida. Percepção da Paisagem e Planejamento no Distrito de Brasília, SP. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

Nota Final: Este texto é resultado de pesquisa de campo iniciada por Euler Sandeville em 2000 e objeto de mestrado em curso por Cecilia Angileli na Vila Brasília, sob orientação de Euler Sandeville. O mestrado em questão, bem como este texto, são profundamente devedores da participação de Angileli em trabalhos de diagnóstico para elaboração de planos na região com intensa participação da população, bem como de sua profunda vivência do bairro. Estas pesquisas integram o Núcleo de estudos da Paisagem, no âmbito dos quais os autores iniciam uma linha de pesquisa sobre a região norte da metrópole paulistana.

Agradecimentos: a Sandra Regina Dias Oliveira Duarte moradora que participou de vistorias de campo com os autores, a Marta Baião e Ângela Marques, pelo gentil consentimento na utilização de fotos de sua autoria neste trabalho.